

CONSELHEIRAS/OS

Participação e controle social no
Programa Nacional de Alimentação Escolar



**Levanta
DADOS**

CONSELHEIRAS/OS

**Participação e controle social no
Programa Nacional de Alimentação Escolar**

2023



A pesquisa **“Conta Pra Gente Conselheira/o”** tem como objetivo compreender as condições de transparência, monitoramento e controle social do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), por meio da percepção de conselheiras e conselheiros de Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e Conselhos de Educação, atuantes em todo o território nacional.

O PNAE é uma política pública estratégica para a garantia do direito à educação e do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas (DHANA). Responsável pela oferta da alimentação escolar a todas/os estudantes da educação básica pública, atende cerca de 40 milhões de estudantes. É uma política altamente descentralizada, presente em todos os estados e nos 5.568 municípios brasileiros, por essa razão é tão importante o engajamento da sociedade em seu monitoramento e controle social.

Os conselhos são os espaços formais de participação social, por meio dos quais a sociedade, de forma organizada, monitora a efetivação das políticas e programas públicos. Os CAEs, atuantes nas esferas estaduais e municipais, são conselhos instituídos por meio da Lei 11.947/2009, a lei do PNAE. São os órgãos colegiados oficiais de monitoramento do PNAE, de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento. Porém, em muitas partes do país os conseas e conselhos de educação exercem também um papel importante na defesa da alimentação escolar, de forma integrada aos CAEs.

Levanta Dados

Para ouvir as conselheiras e conselheiros que monitoram a alimentação escolar, o Observatório da Alimentação Escolar (ÓAÊ) realizou uma pesquisa online, alcançando um total de **513** respostas de conselheiras e conselheiros representantes de diversas organizações da sociedade civil, de conselhos municipais e estaduais das cinco regiões do país.

Este estudo faz parte da série de campanhas “**Conta pra Gente**”, que já ouviu, estudantes, responsáveis, agricultoras e agricultores familiares. Ele é parte de uma das mais importantes estratégias do ÓAÊ que visa ampliar a escuta, as narrativas e o diálogo com os agentes e sujeitos de direito do PNAE, produzindo subsídios que contribuirão para a incidência política da rede de organizações e movimentos que compõem o observatório.



A primeira etapa da pesquisa consistiu na elaboração e validação do questionário. A metodologia de coleta de dados foi realizada exclusivamente através de formulários online, disponibilizados pela Plataforma SurveyMonkey. As respostas foram coletadas entre os dias 18 de abril a 04 junho de 2023. O questionário foi dividido em três blocos: o primeiro bloco apresenta o perfil das conselheiras e conselheiros, o segundo bloco busca compreender a qualidade da alimentação escolar no que se refere

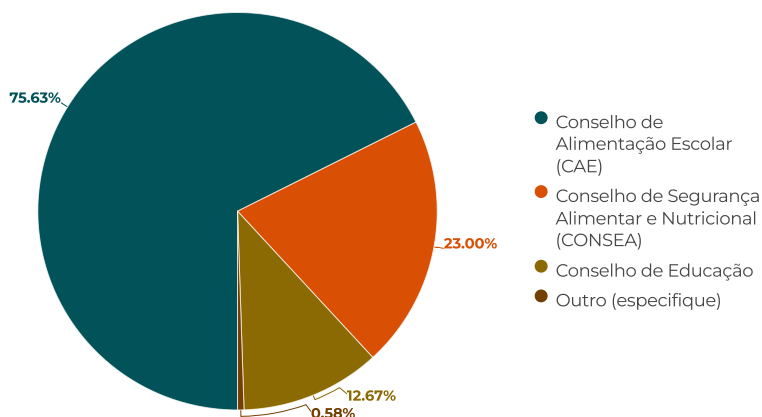
à restrição de alimentos ultraprocessados no ambiente escolar, e à compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar. O terceiro bloco, específico para conselheiras/os do CAE, busca compreender as condições para o exercício da participação, monitoramento e controle social. Para garantir a qualidade da pesquisa online, o banco de dados passou por uma criteriosa avaliação de consistência de dados. **844** pessoas concordaram em participar voluntariamente do estudo. Foram excluídas um total de **331** respostas, por estarem fora do segmento sociedade civil, ou insuficiente preenchimento (terem respondido menos do que **60%** das perguntas destinadas a todas/os as/os conselheiras/os - blocos 1 e 2), foram consideradas para análise **513** respostas válidas.

DE QUE CONSELHEIRAS E CONSELHEIROS ESTAMOS FALANDO?

Este primeiro bloco reúne informações mais detalhadas sobre o perfil das conselheiras e conselheiros, os espaços de participação e discussão do tema alimentação escolar nos conselhos, além de identificar o interesse da/o conselheira/o em participar de processos de formação.

Dentre as conselheiras e conselheiros que responderam à pesquisa 75,6% atuam em Conselhos de Alimentação Escolar, 23% em Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional, 12,6% em Conselhos de Educação e 0,58% em outros conselhos.

Gráfico 1: Você faz parte de qual conselho?



O perfil predominante de conselheiras são mulheres (72,7%), pessoas negras (55%) e que possuem entre 45 e 54 anos (30%).

Gráfico 2: Com qual gênero você se identifica?

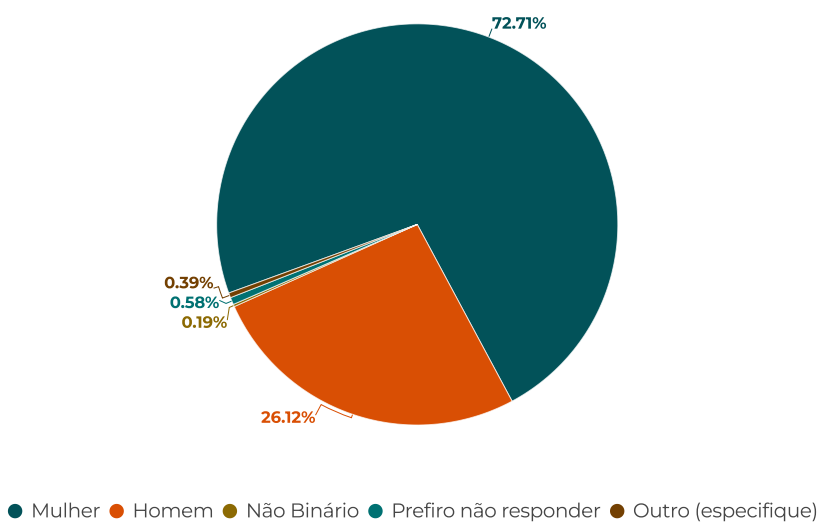
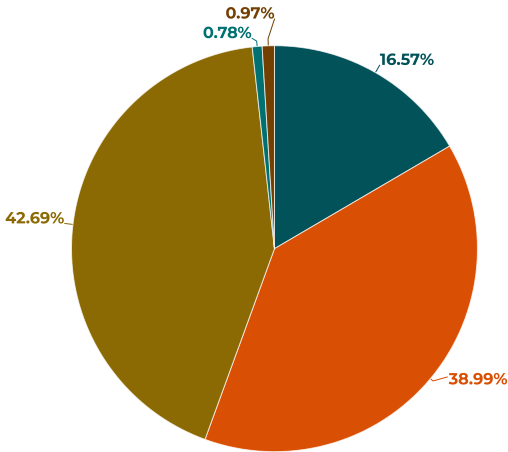
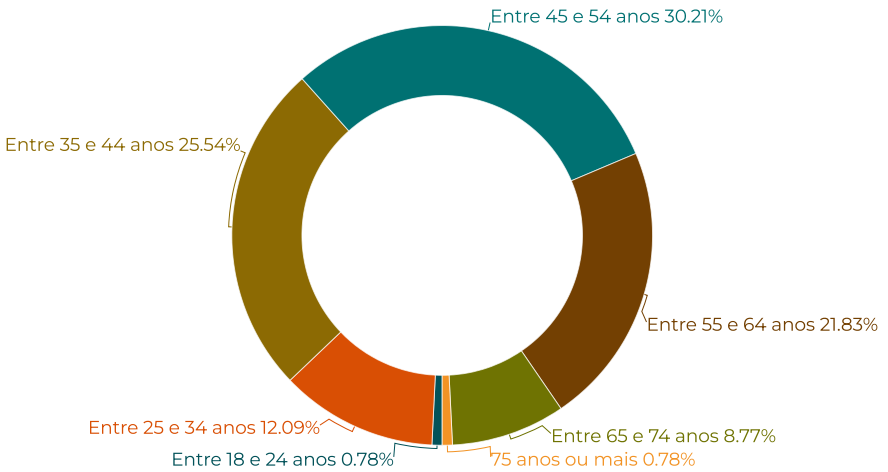


Gráfico 3: Qual a sua cor ou raça?



● Preto ● Pardo ● Branco ● Amarela ● Indígena

Gráfico 4: Qual sua idade?



Levanta Dados

De acordo com as/os respondentes, as categorias mais representadas nos conselhos são trabalhadores da educação e discentes (33%), e representantes de pais de alunos (18%). O que pode ser observado na tabela abaixo.

OPÇÕES DE RESPOSTAS	RESPOSTAS	
Entidade de trabalhadores da educação e discentes.	33,14%	170
Representantes de pais de alunos.	18,32%	94
Juventude e movimento estudantil.	0,58%	3
Agricultores familiares.	9,55%	49
Povos indígenas, quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais.	1,95%	10
População negra.	0,39%	2
Matriz africana/povos de terreiro.	1,56%	8
Entidade de trabalhadores da nutrição	2,14%	11
ONG, redes e fóruns	10,92%	56
Instituições de ensino e pesquisa.	2,53%	13
Entidades que trabalham com pessoas com necessidades alimentares especiais.	2,53%	13
Outro (especifique)	16,37%	84
TOTAL		513

Quanto às características geográficas, a maior parte de respondentes participa em conselhos da região sudeste (37%), seguido do nordeste (24%), norte (17,15%), sul (14%) e centro-oeste (7%). Importante informar que durante a etapa de mobilização e coleta de dados, um dos principais espaços de divulgação foi o grupo de whatsapp de conselheiras e conselheiros do Fórum Nacional de Conselhos de Alimentação Escolar, que reúne, em maior parte, pessoas do sudeste do país, o que explica a maior concentração de respostas nesta região, e no estado de São Paulo.

OPÇÕES DE RESPOSTAS	RESPOSTAS	
Acre	0,78%	4
Alagoas	2,53%	13
Amazonas	1,56%	8
Amapá	0,78%	4
Bahia	6,43%	33
Ceará	1,56%	8
Distrito Federal	1,17%	6
Espírito Santo	3,90%	20
Goiás	1,95%	10
Maranhão	3,70%	19
Minas Gerais	5,26%	27
Mato Grosso do Sul	2,53%	13
Mato Grosso	1,95%	10
Pará	6,24%	32
Paraíba	1,95%	10
Pernambuco	2,34%	12

OPÇÕES DE RESPOSTAS	RESPOSTAS	
Piauí	1,95%	10
Paraná	5,46%	28
Rio de Janeiro	10,53%	54
Rio Grande do Norte	1,95%	10
Rondônia	1,75%	9
Roraima	0,78%	4
Rio Grande do Sul	3,51%	18
Santa Catarina	5,07%	26
Sergipe	1,75%	9
São Paulo	17,35%	89
Tocantins	5,26%	27
TOTAL		513

O estudo chegou em maior número a conselheiras/os que atuam em âmbito municipal (82%), e em municípios de médio porte (28%).

Gráfico 5: Qual âmbito do conselho?

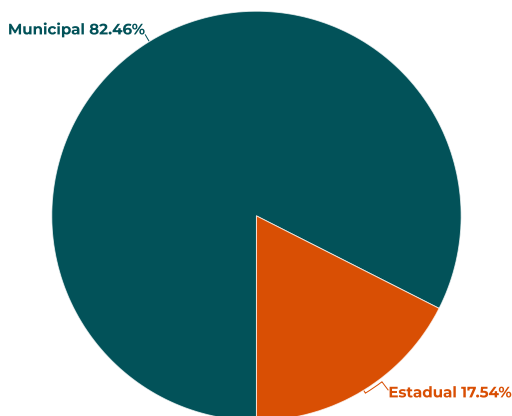
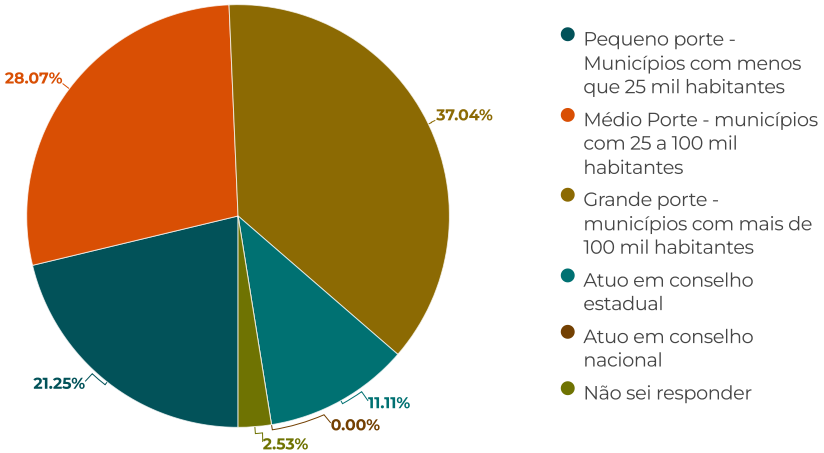


Gráfico 6: Qual o porte populacional do município?



Um pouco mais da metade (53%) das conselheiras e conselheiros atuam no conselho do qual fazem parte há menos de 2 anos. Seguidos dos que declaram participar entre 2 e 4 anos (24%), e os que atuam no conselho a mais de 4 anos (22%).

Gráfico 7: A quanto tempo participa deste conselho?

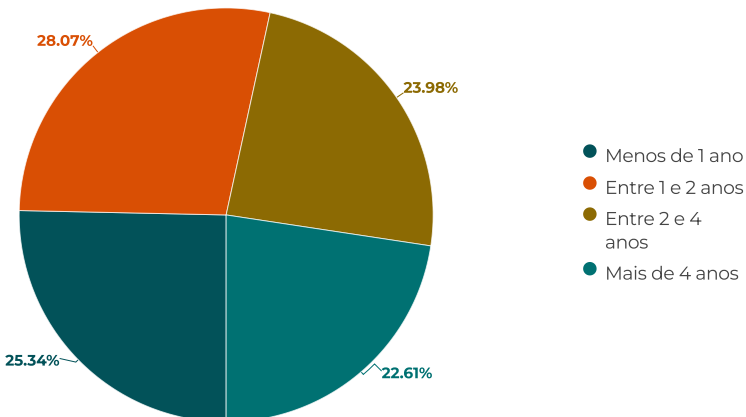
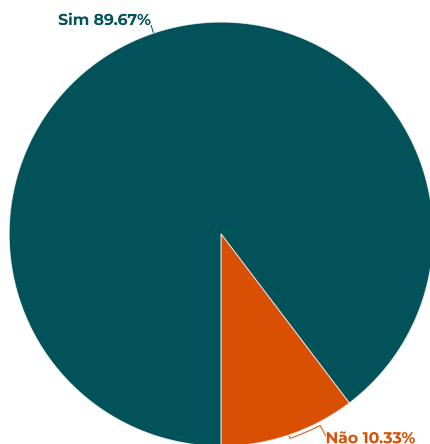


Gráfico 8: O conselho do qual você faz parte se reúne para discutir o tema da alimentação escolar?



89% das/os conselheiras/os afirmam que o conselho do qual fazem parte se reúne para discutir o tema da alimentação escolar.



A tabela abaixo mostra a percepção das/os entrevistadas sobre o que acreditam ser os principais problemas da alimentação escolar no estado ou município onde atuam.

OPÇÕES DE RESPOSTAS	RESPOSTAS
Número insuficiente de nutricionistas.	36,14%
Inadequada infraestrutura e equipamentos das cozinhas escolares.	36,14%
Baixa participação da sociedade civil nos conselhos	33,26%
Número insuficiente de cozinheiras.	31,93%
Baixo investimento financeiro por parte do Estado/Município.	30,16%
Insuficiente compra da agricultura familiar.	25,94%
Insuficiente assistência técnica e extensão rural aos agricultores familiares.	25,28%
Má gestão.	19,07%
Pouca quantidade.	17,07%
Oferta de alimentos ultraprocessados.	14,19%
Compra terceirizada por empresas alimentícias	13,75%
Funcionamento inadequado do Conselho de Alimentação Escolar.	13,30%
Ingerência de gestores sobre o CAE	9,98%
Impedimento de repetição por parte dos alunos.	9,31%
Baixa qualidade da alimentação.	8,87%
Falta de planejamento pelo CAE	7,98%
Composição do CAE que não atende às regras previstas na Resolução	4,66%
Outro (especifique)	9,76%

Dentre os 9% que responderam a opção “outros” à pergunta sobre problemas na alimentação escolar, estão falas sobre: A terceirização dos serviços, a presença de ultraprocessados no ambiente escolar, cardápios que não atendam a resolução nº6/2020, a falta de políticas públicas de incentivo à agricultura familiar, falta de formação para conselheiros e de autonomia da sociedade civil e o mau funcionamento do CAE.

“Os alunos trazem de casa alimentos ultraprocessados e ainda falta de sensibilidade do corpo docente em relação a importância da alimentação servida nas escolas. Ou seja, falta estímulo por parte do corpo docente e muitos pais. Infelizmente.”

“Falta de políticas públicas de incentivo ao agricultor para se adequar às regras de fornecimento de alimentos de acordo com o PNAE.”

“Em 2023 a composição da direção do Consea, por exemplo, foi toda de funcionários públicos ou pessoas com cargo de comissão no governo estadual.”

“Falta tempo para os conselheiros cumprirem todas as funções. Necessitam cobrar quase tudo da gestão municipal. Falta apoio.”

“Falta de legitimidade de alguns conselheiros, como por exemplo representantes de pais de alunos que não tem filhos em escola pública.”

“Falta planejamento, secretaria de educação não atende as necessidades das escolas, gestores com vícios dentro das escolas como exemplo a merenda dos estudantes servidos a funcionários e etc..”

Ainda dentro da categoria outros, alguns afirmam que não veem problema no PNAE do estado/município em que atuam ou não sabem responder.

56% das/os entrevistadas/os afirmam já terem participado de atividades de formação para o controle social do PNAE. Como principais entidades que forneceram formação estão:

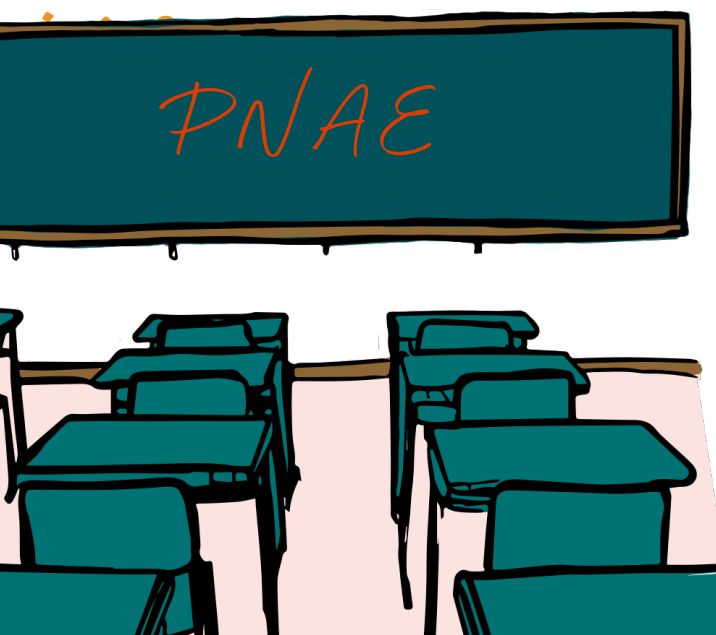
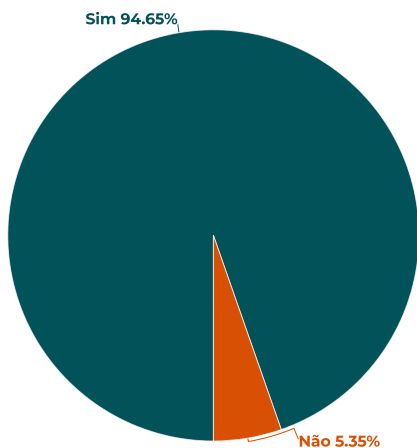
OPÇÕES DE RESPOSTAS	RESPOSTAS
Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANE)	59,44%
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) / Ministério da Educação(MEC)	32,17%
Prefeitura	20,98%
Fórum Nacional dos CAEs	16,43%
Governo do Estado	10,84%
Outro (especifique)	10,84%
Tribunal de Contas do Estado (TCE)	6,29%
Tribunal de Contas da União (TCU)	3,15%

Outras entidades citadas são a Associação Nacional de Agroecologia (ANA), a União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME), a Ação da Cidadania, o Ministério público federal, Consea, a Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos no Amazonas - Catrapoa, sindicatos, o próprio conselho e a estratégia de buscar pessoas de outros municípios que sejam conselheiras/os de CAE para ministrar oficinas.

Levanta Dados

A maioria dos conselheiros afirma ter desejo de participar de cursos de formação para o controle social no PNAE.

Gráfico 9: Gostaria de participar de curso de formação (on line) para o controle social do PNAE?





O QUE PENSAM AS/OS CONSELHEIRAS/OS SOBRE A QUALIDADE DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR?

Este bloco é destinado a todas as conselheiras e conselheiros. Explora a percepção sobre a qualidade da alimentação ofertada e as principais dificuldades enfrentadas para cumprimento das diretrizes do PNAE que falam sobre a necessidade de garantia do direito humano à alimentação e nutrição saudável e adequada e, o respeito ao cumprimento da lei e resoluções relacionadas.



A **Lei do PNAE 11.947/2009** determina que 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) no âmbito do PNAE seja destinado a compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, por meio de chamamento público ou procedimento licitatório, priorizando assentados da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. A



Resolução nº 06/2020 do MEC/FNDE restringe a oferta de produtos ultraprocessados nas escolas seguindo as recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira com vistas à garantia da oferta de alimentos *in natura* e/ou *minimamente processados* para a promoção da alimentação adequada e saudável. A análise desse bloco destina-se a explorar essas referências na construção da percepção dos conselheiros sobre os produtos ultraprocessados e sua aplicabilidade no PNAE e, as condições de compra e venda da agricultura familiar.

Alimentos ultraprocessados são produtos industrializados que contêm muitas gorduras, açúcar, corantes e aromatizantes. A maioria deles tem a função de aumentar o prazo de validade, ou, ainda, realçar cores, sabores, aroma e textura para torná-lo atraente.

Exemplos: Cereais matinais açucarados; margarina; bolachas/biscoitos “de pacote”, miojo, nuggets, salsicha, achocolatados, sucos artificiais, refrigerantes, gelatina, balas, sorvetes, sopa “de pacote”, e etc.



Aos conselheiros foi perguntado sobre o conhecimento da resolução de nº 06/2020 e se sabiam o que eram os alimentos ultraprocessados.

Gráfico 10: Você tem conhecimento da resolução descrita acima?

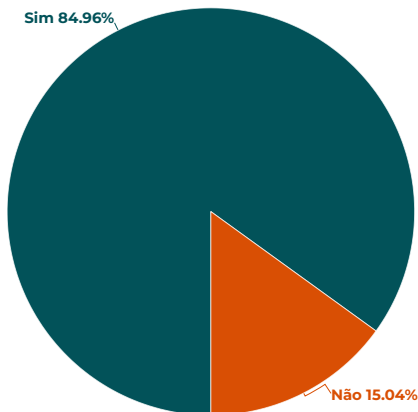
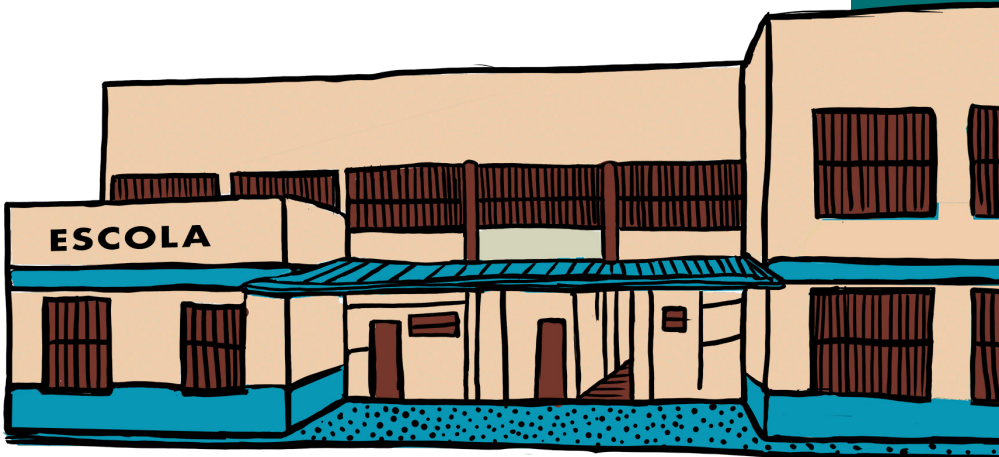
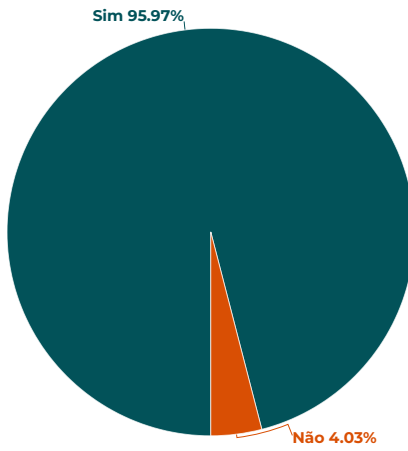
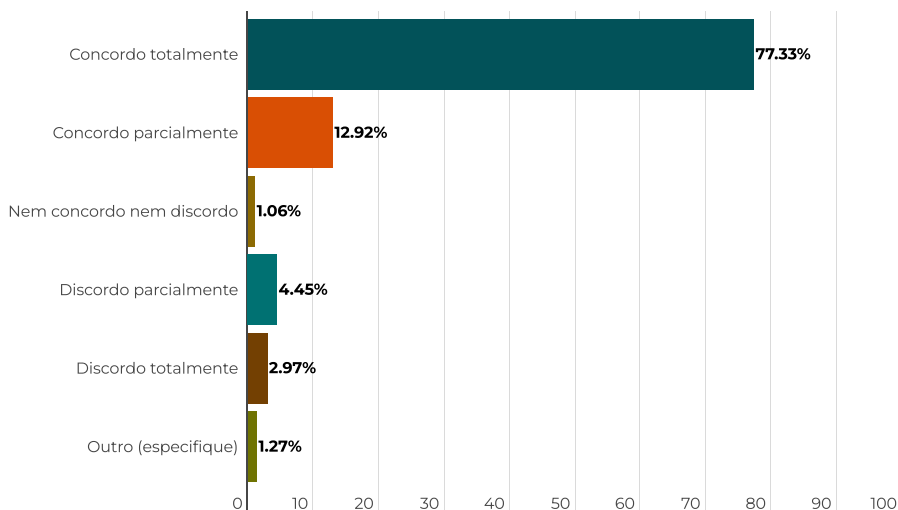


Gráfico 11: Você sabe o que são alimentos ultraprocessados?



A grande maioria das pessoas entrevistadas (77%) concordam totalmente com as restrições de oferta de ultraprocessados na alimentação escolar.

Gráfico 12: Qual a sua opinião sobre a restrição de produtos ultraprocessados na alimentação escolar?



São apontadas como as principais dificuldades enfrentadas para o cumprimento das diretrizes do PNAE que restringem a oferta de alimentos ultraprocessados: A ausência de ações que promovam uma alimentação adequada e saudável (42%), a falta de vontade política por parte das autoridades públicas (41%), e a baixa aceitação do cardápio pelos alunos (27%) .

OPÇÕES DE RESPOSTAS	RESPOSTAS
Falta vontade política por parte das autoridades públicas	41,95%
Ausência de ações que promovam uma alimentação saudável	42,80%
Baixa aceitação do cardápio pelos alunos	27,33%
Resistência da comunidade escolar (família, profissionais da escola)	26,91%
Recurso financeiro insuficiente	25,00%
Alunos com seletividade alimentar e que muitos comem apenas ultraprocessados (ex: TEA)	20,55%
Datas festivas em que a escola/pais ofertam os alimentos independente das normas legais	20,55%
Insuficiência de mão de obra para o preparo	20,34%
Vendedores ambulantes/mercadinhos próximos às escolas	18,86%
Ausência de refeitório estruturado na escola	18,43%
Ausência de equipamentos e utensílios para o preparo dos alimentos	18,01%
Entendimento por parte de gestores que os recursos próprios não seguem a Resolução N° 6/2020	16,53%
Comércio de alimentos ultraprocessados nas escolas	15,25%
Outro (especifique)	7,63%

Para além das dificuldades, já apresentadas anteriormente, e que são enfrentadas para o cumprimento das diretrizes do PNAE que restringem a oferta de produtos ultraprocessados nas escolas, as/os conselheiras/os citam:

- *“Falta de energia elétrica para a conservação de alimentos perecíveis.”*
- *“Serviço terceirizado em sua totalidade.”*
- *“Reforço de ações de alimentação saudável estendendo o entendimento a toda comunidade escolar, incluindo merendeiras, professores entre outros agentes.”*
- *“Conflito de interesse de alguns gestores com a indústria de alimentos.”*
- *“A cultura de consumo de ultraprocessados, infelizmente, prejudica a aceitação.”*
- *“Uma grande dificuldade é que os diretores sempre dão um jeitinho de não seguir o cardápio escolar.”*
- *“Gestores montaram cantina nas escolas e usa como desculpa falta de recurso para alguns reparos que a secretaria do município não atende.”*

Referente ao cumprimento da obrigatoriedade de utilização dos recursos repassados pelo FNDE na compra de alimentos diretamente da agricultura familiar, por estados e municípios. A maioria das/os entrevistados (68%) informou que no estado ou município em que exercem o controle social é cumprida a obrigatoriedade do mínimo de 30% do uso dos recursos para a compra de alimentos da agricultura familiar. Algumas das principais dificuldades enfrentadas são a falta de vontade política por parte das autoridades públicas (33%), a insuficiência de assistência

técnica e extensão rural (32%), dificuldades no acesso ao Cadastro da Agricultura Familiar (29%), alegações de gestores sobre a inviabilidade do fornecimento regular e constante de gêneros alimentícios pelos agricultores familiares (27%), o que pode ser observado na tabela abaixo.

OPÇÕES DE RESPOSTAS	RESPOSTAS
Falta vontade política por parte das autoridades públicas	33,69%
Insuficiência de assistência técnica e extensão rural	32,42%
Dificuldades no acesso ao Cadastro da Agricultura Familiar (CAF), antiga DAP	29,45%
Alegações de gestores sobre a inviabilidade do fornecimento regular e constante de gêneros alimentícios pelos agricultores familiares.	27,75%
Problemas nas entregas por parte da agricultura familiar	22,25%
Dificuldade de emissão de nota fiscal pelos agricultores familiares	19,70%
Compra tercerizada por indústria de alimentos	19,28%
Insuficiência de recursos financeiros	12,08%
Cardápios inadequados para a inclusão de produtos da agricultura familiar	9,53%
Descumprimento dos contratos acordados com os agricultores familiares	9,11%
Outro (especifique)	14,83%

PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL NOS CONSELHOS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O Conselho de Alimentação Escolar (CAE) é um órgão colegiado de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento. Ao FNDE fica autorizado a suspensão de repasses dos recursos do PNAE quando os Estados, o Distrito Federal ou os Municípios não constituírem o respectivo CAE ou deixarem de efetuar os ajustes necessários, visando ao seu pleno funcionamento.

Composto por um representante indicado pelo poder executivo, dois representantes das entidades de trabalhadores da educação e de discentes, dois representantes de pais de alunos e dois representantes indicados por entidades civis organizadas. Aos CAE dos Estados e dos Municípios que possuam escolas em áreas indígenas ou quilombolas é recomendado que tenha um membro representante desses povos ou comunidades.

A análise dos dados coletados revela o que pensam **306** conselheiras/os de CAE sobre o acesso à informação, transparência e condições de infraestrutura no PNAE e identifica os guias e marcos legais mais utilizados no exercício da função de conselheiro. Esse número corresponde ao total de conselheiras/os CAE que responderam a 85% do questionário, incluindo perguntas dos três blocos.

Os dados demonstram que assim como no perfil geral, a grande maioria das/os representantes de CAE que

responderam à pesquisa são mulheres (71%), pessoas negras (55%), com idade entre 45 e 54 anos (33%). A maior parte das respondentes é do sudeste (35%), seguida do nordeste (25%), norte (19%), sul (13%) e centro oeste (6%). 87% atuam em âmbito municipal e 12% estaduais, 35% em municípios de grande porte (mais de 100 mil habitantes).

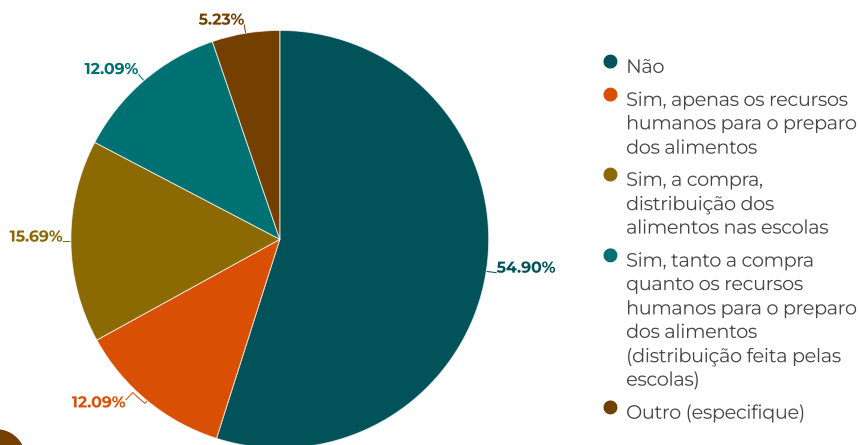
Quanto à categoria de qual as/os conselheiras/os de CAE representam a maior parte 36% é de entidade de trabalhadores da educação e discentes. 15% responderam outros e representam a sociedade civil e movimentos sociais, organizações religiosas, sindicatos, associações comunitárias e de deficientes visuais, entidade de extensão rural e assessoria técnica e entidade que representa as cozinheiras terceirizadas.

OPÇÕES DE RESPOSTAS	RESPOSTAS
Entidade de trabalhadores da educação e discentes.	36,93%
Representantes de pais de alunos.	20,92%
Juventude e movimento estudantil.	0,98%
Agricultores familiares.	7,52%
Povos indígenas, quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais.	2,61%
População negra.	0,00%
Matriz africana/povos de terreiro.	0,65%
Entidade de trabalhadores da nutrição	2,29%
ONG, redes e fóruns	8,82%
Instituições de ensino e pesquisa.	1,63%

OPÇÕES DE RESPOSTAS	RESPOSTAS
Entidades que trabalham com pessoas com necessidades alimentares especiais.	2,29%
Outro (especifique)	15,36%

A terceirização é algo que vem ocorrendo nos serviços de alimentação escolar, ou seja, contratação de empresa para realização de serviços específicos. Tal qual pode ser observado no gráfico abaixo.

Gráfico 13: No Estado/Município em que você atua algum dos serviços de alimentação escolar é terceirizado (realizado por empresa contratada)?



As/os conselheiras/os de CAE informam que as principais atividades de monitoramento/control social exercidas são visita às escolas da sede do município/estado (85%), o que contrasta com 46% de visitas às escolas das periferias da cidade, escolas rurais, indígenas e quilombolas. Outras atividades podem ser observadas na tabela abaixo.

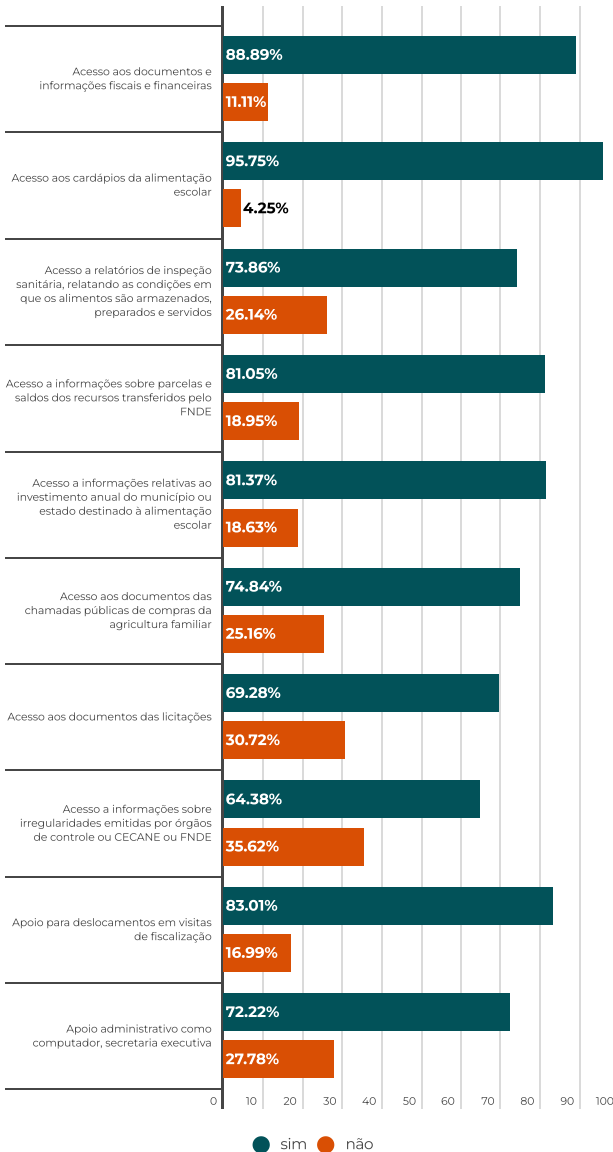
OPÇÕES DE RESPOSTAS	RESPOSTAS
Visita às escolas da sede do Município/Estado	85,95%
Acompanhamento e fiscalização da execução financeira do programa	65,03%
Emissão de parecer em relação à prestação de contas	60,78%
Elaboração do Plano de Ação do CAE	60,46%
Acompanhamento da execução dos cardápios	59,48%
Monitoramento das condições higiênico-sanitárias das escolas	57,84%
Visitas às escolas das periferias da cidade, escolas rurais, indígenas e quilombolas	46,73%
Acolhimento e averiguação de denúncias externas	46,08%
Comunicação de irregularidades encontradas na execução do PNAE	45,42%
Acompanhamento das chamadas públicas da agricultura familiar	42,81%
Acompanhamento das licitações públicas para compra de alimentos	40,20%

OPÇÕES DE RESPOSTAS	RESPOSTAS
Monitoramento das entregas de alimentos	39,22%
Outro (especifique)	3,92%
Nenhuma das respostas anteriores	1,96%



As entidades executoras devem garantir às conselheiras e conselheiros condições para a realização das atividades citadas acima e que competem ao CAE. Foi levantada a satisfação das/os conselheiras/os sobre as condições que o poder público oferece para que o CAE possa exercer suas funções de controle social. Podemos analisar o acesso dos conselheiros a essas condições no gráfico a seguir.

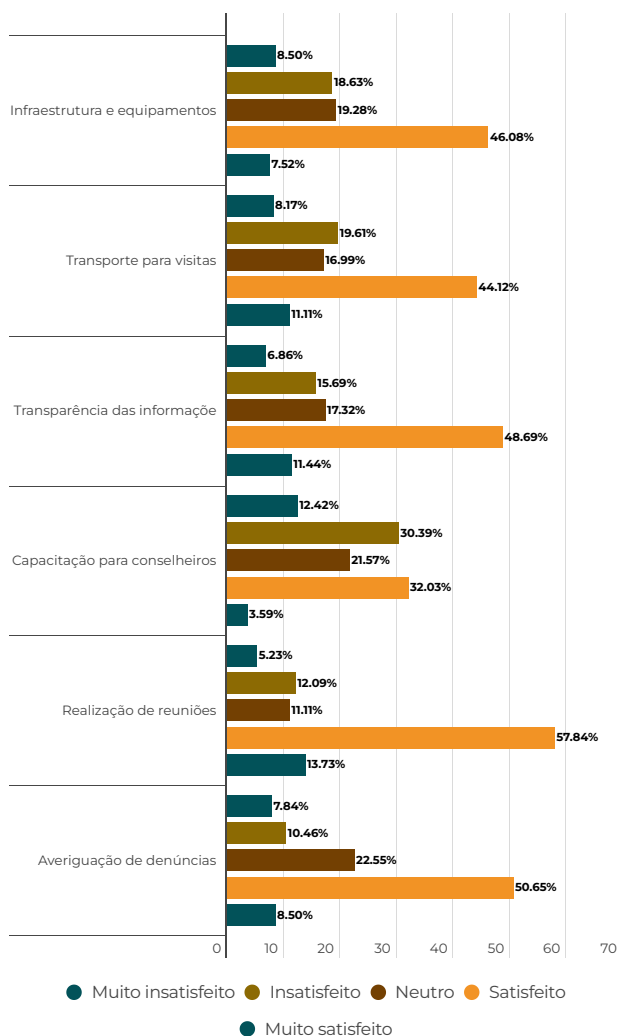
Gráfico 14: Para que os conselheiros possam realizar o seu trabalho, as entidades executoras, garantem quais condições abaixo?



Levanta Dados

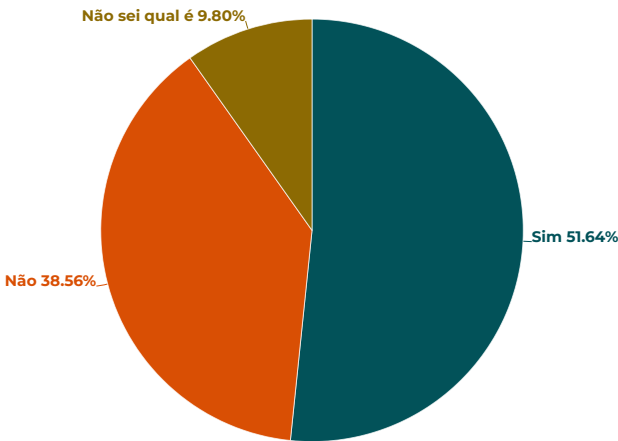
Sobre a satisfação referente às condições que o poder público oferece para que o CAE possa exercer sua função social. As/os conselheiras/os respondem:

Gráfico 15: Qual é a sua opinião sobre as condições que o poder público oferece para que o CAE possa exercer sua função de controle social?



O espelho do CAE, disponível no site do FNDE, é uma ferramenta que possibilita à sociedade civil consultar dados dos CAEs de todo país. O email institucional do conselho encontra-se disponível no site, sendo um importante canal de comunicação. 51% informam ter acesso ao email, 38% não possuem acesso, 9% não sabem qual é o email institucional.

Gráfico 16: Enquanto conselheiro do CAE, você faz uso do email institucional do conselho, ou seja, tem acesso às mensagens?



Visando compreender as condições de transparência e acesso à informação. Foram perguntados as/os conselheiras/os sobre o acesso aos sistemas de informação online do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) que fornecem informações financeiras para o controle social, 53% das/os conselheiros informaram acessar os sistemas e 46% não acessam.

As/os conselheiras/os deram, também, sua opinião referente a esses sistemas de informação. De modo geral afirmam 66% conhecerem o sistema, 78% que as informações são úteis, 62% que o acesso é fácil e 67% que as informações são atualizadas.

Gráfico 17: Você costuma acessar os sistemas de informação on-line do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que fornecem informações financeiras e para o controle social?

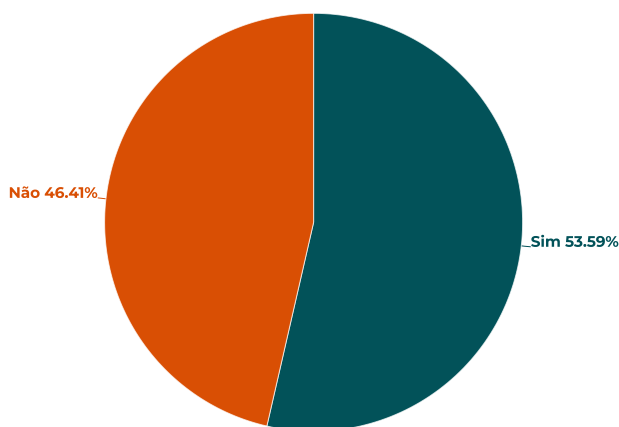
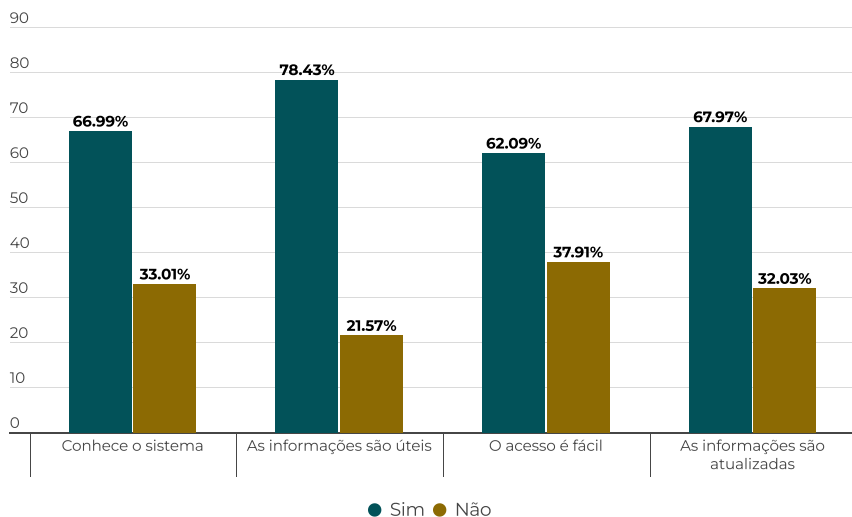


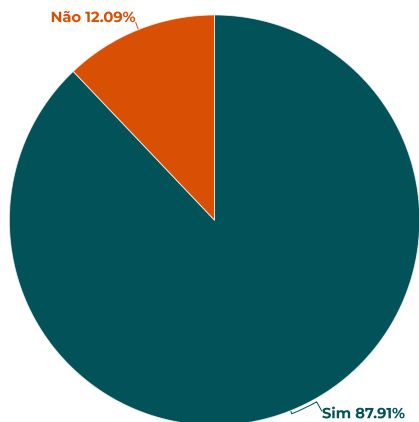
Gráfico 18: Qual sua opinião sobre os sistemas de informação on-line do FNDE, que visam dar transparência para informações financeiras e sobre os CAEs?



A maioria 87% das/os conselheiras/os afirmam ter liberdade para uma atuação crítica e propositiva. Os 12% que opinaram não ter liberdade para sua atuação, foram convidados a responder o porquê e relatam diversas situações enfrentadas.



Gráfico 19: Os conselheiros da sociedade civil têm liberdade para uma atuação crítica e propositiva?



Os conselheiros que responderam não ter liberdade para uma atuação crítica e propositiva, relacionam a ausência de liberdade com falta de infraestrutura e condições para o desenvolvimento do trabalho, de transparência das informações, de capacitação, problemas na composição do conselho e medo de perseguição política.

Seguem relatos que revelam a situações enfrentadas:

- “Não temos reuniões agendadas, não temos nenhum transporte para visitar as escolas, não temos acesso a nada.”
- “As reuniões são marcadas pela secretaria, acontecem 1 ou 2x no ano. Informam rapidamente os saldos para que sejam produzidas as atas e relatórios necessários.”



“Falta mais reuniões, mais atuação por parte da presidência do conselho. É preciso mais comunicação, ao menos uma reunião por mês.”

“Estamos impedidos de fazer nosso trabalho, transportes atrasados que pagamos com nosso dinheiro e a entidade executora se recusa a fazer o reembolso, já mandamos para o MP onde eles deram o parecer favorável a nós conselheiros pedindo para a eex nos efetuar os pagamentos.”

“Por que a gente só é indicado, e não temos acesso de colocar nossa opinião, e falar diretamente o que a gente sente, que a merenda não está sendo do jeito que deve ser, dinheiro entra, mas não compra alimento de qualidade prefere comprar alimentos convencionais, do da agricultura familiar”

“Solicitamos para ver notas fiscais de compras, porém a Presidente do Conselho que é ligada ao Governo, não viabilizou, sendo que estamos solicitando a mais de 6 meses, não temos acesso às licitações, não temos acesso ao depósito Central, não temos acesso ao contrato das terceirizadas!”

“Poder público no comando, assim não tendo imparcialidade.”

“São da escolha do gestor e só age com intuito de agradar, dessa forma são omissos, sem compromisso (pois muitos nem comparecem às reuniões, se ocorrer). Não conhecem nem se dedicam em buscar informação sobre seu papel no conselho. Ignoram os atos irregulares que são apresentados e formam panelinhas para aprovar parecer.”

“Não concordo com presidente ser do governo mais de 12 anos no CAE, panelinha formada.”



Levanta Dados

“Porque o gestor inibe qualquer informação do conselheiro do CAE, a presidente não reúne, e nunca sabe dizer nada, não foi feito nada efetivo, nenhuma ação do CAE. A gestão toma o controle do CAE e retém todas as informações, não repassam nada. Quando acontece reunião não se faz nada.”

“Os conselheiros representantes de pais, professores e funcionários se entendem como parte da secretaria de educação e não aceitam as críticas das conselheiras da sociedade civil.”

“Participação obrigatória e muitos são pressionados por suas entidades a não se manifestarem por questões políticas.”

“Falta cursos preparatórios para os conselheiros atuarem como se deve.”

“Há perseguição política aos conselheiros devido a apontarmos falhas na execução do PNAE, uma vez que a atual Secretária de Educação entende que o CAE deve apenas ressaltar os pontos positivos da execução do programa.”

“Por ser funcionário acabam por sofrer assédio moral.”

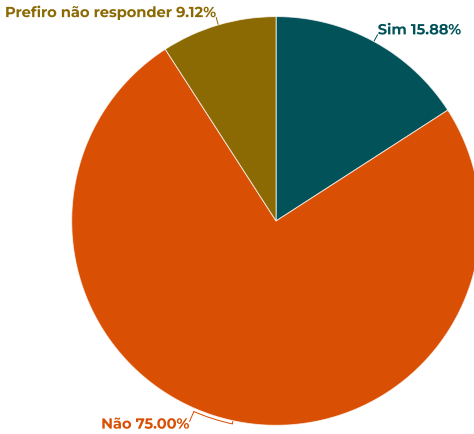
“Os conselheiros, principalmente os que são funcionários, têm medo de perseguição política.”

“Pode até falar. Mas corre risco de perseguição política.”

“No município todos têm medo da perseguição política.”

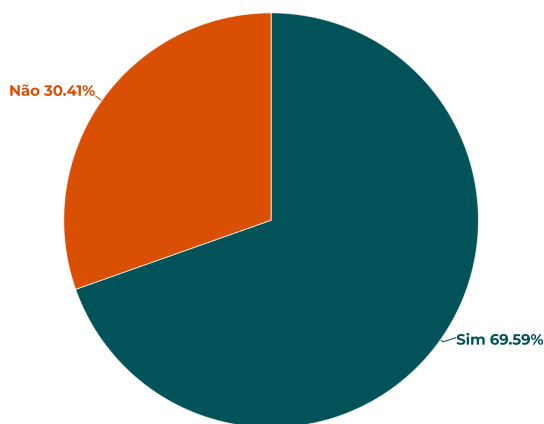
Quando perguntados se conhecem algum conselheiro que já foi ameaçado ou sofreu assédio moral por parte de autoridades públicas no exercício do controle social do PNAE, 9% preferiram não responder, 15% responderam que sim e 75% não.

Gráfico 20: Você conhece algum conselheiro que já foi ameaçado ou sofreu assédio moral por parte de autoridades públicas, no exercício do controle social do PNAE?

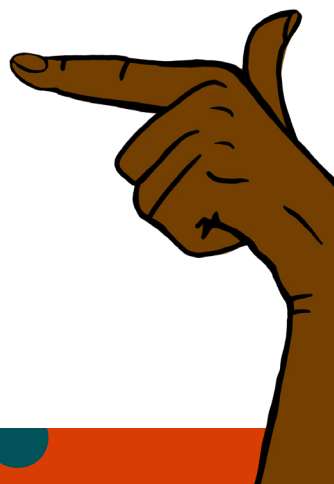


A comunicação aos órgãos de controle sobre qualquer irregularidade identificada na execução do PNAE é uma das atribuições das/dos conselheiras/os, porém 30% não sabem como fazer denúncias.

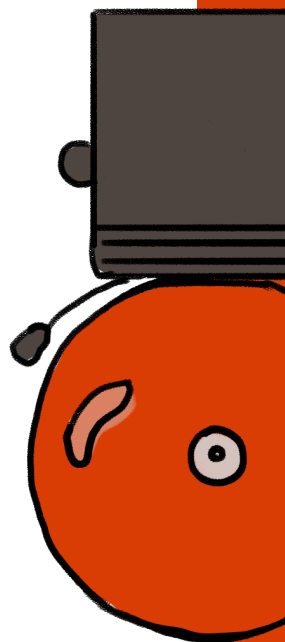
Gráfico 21: Você sabe como fazer denúncias no caso de irregularidades?



Ao CAE é possível a colaboração com outros conselhos, instituições, redes ou fóruns visando o fortalecimento do controle social. 38% dos respondentes apontam o Conselho de Educação como principal colaborador, 14% respondem que seu conselho não realiza ações em conjunto e 19% não souberam responder.



OPÇÕES DE RESPOSTAS	RESPOSTAS
Sim, Conselho de Educação	38,85%
Sim, Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANE)	34,46%
Sim, Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional	27,70%
Fórum Nacional dos CAEs	22,30%
Sim, Ministério Público (federal ou estadual).	16,22%
Sim, Tribunal de Contas da União (TCU)	11,82%
Sim, Auditoria Interna do FNDE	8,45%
Conselho Regional ou Federal de Nutricionistas/ Federação Nacional de Nutricionista	8,11%
Não sei	19,26%
Não	14,53%
Outro (especifique)	3,04%



Pensando na construção de processos de formação, foi perguntado às/os conselheiras/os sobre os principais guias e marcos legais utilizados como subsídio em sua atuação no controle social da alimentação escolar.

OPÇÕES DE RESPOSTAS	RESPOSTAS
Resolução Nº 06, DE 08 de agosto de 2020 - Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.	69,93%
Cartilha para Conselheiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - FNDE/TCU.	54,39%
Lei nº 11.947/ 2009 - Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica.	52,70%
Resolução nº 20, de 02 de dezembro de 2020 - Altera a Resolução/CD/FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.	47,97%
Resolução Nº 02, DE 10 DE MARÇO DE 2023 - Altera a Resolução CD/FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.	32,09%
Guia Alimentar para a População Brasileira.	30,74%

OPÇÕES DE RESPOSTAS	RESPOSTAS
Lei nº 11.346, DE 15 DE SETEMBRO DE 2006 - Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.	30,41%
Estatuto da Criança e do Adolescente.	29,39%
Guia de Instruções das Ferramentas para as Boas Práticas na Alimentação Escolar - FNDE	27,03%
Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 anos.	23,31%
Resolução N° 216, DE 15 DE SETEMBRO DE 2004 - Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação.	21,62%
Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN).	20,95%
Resolução CFN N° 465, DE 23 DE AGOSTO DE 2010 - Dispõe sobre as atribuições do Nutricionista, estabelece parâmetros numéricos mínimos de referência no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE) e dá outras providências.	20,61%
Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas.	16,22%
Nenhuma das anteriores	4,05%
Outro (especifique)	1,01%

CONCLUSÃO

A pesquisa permitiu compreender os desafios enfrentados por conselheiros de CAE, Consea e Conselhos de Educação, de todo Brasil, em relação às condições de transparência e monitoramento no exercício do controle social do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), contribuindo assim para o aprimoramento da política pública e fortalecimento do controle social no âmbito da alimentação escolar.

O formato virtual da pesquisa pode ter possibilitado, predominantemente, respondentes com graus mais elevados de escolaridade e acesso à internet. É importante considerar esse contexto ao interpretar os resultados da pesquisa.

O perfil predominante de conselheiras/os são pessoas que se identificam como negras (pretas e/ou pardas segundo o IBGE), mulheres, trabalhadores da educação e discentes, que possuem entre 45 e 54 anos. Metade dos respondentes atuam no conselho do qual fazem parte há menos de 2 anos e já participaram de alguma atividade de formação, sendo os Cecanes os principais formadores. Entretanto, o item apontado como de maior insatisfação com as condições oferecidas pelas entidades executoras é a falta de capacitação para conselheiros.

Apenas metade dos respondentes conhece e utiliza a Cartilha para Conselheiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar do (FNDE/TCU) no exercício de suas funções e apenas 30% sabem como fazer denúncia de irregularidades.

Dentre os marcos regulatórios, o mais conhecido é a Resolução nº 06/2020. É, portanto, essencial o planejamento e implementação de um processo permanente de formação de conselheiras/os, a atualização regular de materiais de apoio e a garantia de condições de infraestrutura para fortalecer o exercício do controle social.

Há uma ampla concordância com a restrição de produtos ultraprocessados no ambiente escolar, mas ainda é insuficiente o conhecimento do Guia Alimentar para a População Brasileira, e o Guia Alimentar para Menores de 2 anos de idade. A ausência de ações que promovam uma alimentação saudável é apontada como a principal dificuldade enfrentada para o cumprimento das diretrizes do PNAE que restringem a oferta de alimentos ultraprocessados.



Para os conselheiros, os principais problemas da alimentação escolar são o número insuficiente de nutricionistas e cozinheiras e a inadequada infraestrutura e equipamentos das cozinhas escolares. A associação desses problemas com o principal problema para efetivação das diretrizes do PNAE – ausência de ações que promovam uma alimentação saudável – pode indicar caminhos para aprimorar a implementação do programa. Com criação de estratégias efetivas de promoção da alimentação saudável, escolas livres de ultraprocessados, infraestrutura adequada nas cozinhas e número adequado de nutricionistas e cozinheiras, como dispõe a Resolução do CFN nº 465/2010.

A falta de vontade política é apontada como uma das principais razões para as dificuldades enfrentadas no cumprimento das diretrizes do PNAE que restringem a oferta de produtos ultraprocessados nas escolas, e ao cumprimento da obrigatoriedade de utilização dos recursos repassados pelo FNDE na compra de alimentos diretamente da agricultura familiar, por estados e municípios.



O dado mais grave desta pesquisa é o que revela que 24% das/os entrevistados conhecem algum conselheiro que já foi ameaçado ou sofreu assédio moral por parte de autoridades públicas no exercício do controle social, ou preferem não responder a esta pergunta, o que revela violações de direitos políticos dos que estão exercendo o legítimo papel de controle social. É necessário o estabelecimento, por parte do poder público, de canais de denúncia de situações desta natureza, para que aqueles que defendem direitos possam ser acolhidos e protegidos.

Ao analisar as respostas e percepções dos conselheiros e conselheiras dos Conselhos de Alimentação Escolar, Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional e Conselhos de Educação em todo o território nacional, obtivemos um panorama abrangente das condições de transparência, monitoramento e controle social do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Isso nos permitiu compreender os desafios e oportunidades enfrentados por esses conselheiros, contribuindo assim para a incidência política de organizações e movimentos, aprimoramento da política pública e o fortalecimento do controle social no âmbito da alimentação escolar.



Ficha técnica

Este relatório é um documento do Observatório da Alimentação Escolar com apoio do Ibirapitanga.

Núcleo Executivo

FIAN Brasil

Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN)

Comitê Consultivo

Ação da Cidadania

ACT - Promoção da Saúde

ActionAid Brasil

Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável

Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA)

Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)

Associação Brasileira de Nutrição (ASBRAN)

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (FINEDUCA)

Comissão de Presidentes de Conseqs Estaduais (CPCE)

Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG)

Conselho Federal de Nutricionistas (CFN)

Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE)

Federação Nacional de Nutricionistas (FNN)

Fórum Nacional dos Conselhos de Alimentação Escolar (FNCAE)

Instituto de Defesa do Direito do Consumidor (IDEC)

Levante Popular da Juventude

Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)

Movimento Sem Terra (MST)

Rede de Mulheres Negras para Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (REDESSAN)

Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN)

União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME)

Coordenação e organização da publicação

Mariana Santarelli

Sistematização e redação

Luana de Lima Cunha e Mariana Santarelli

Revisão crítica

Gabriele Carvalho

Diagramação: Talita Aquino

Ilustrações: Paula Dager

Observatório da Alimentação Escolar - ÓAÊ

Site: <https://alimentacaoescolar.org.br/>

E-mail: observatorio@alimentacaoescolar.org.br

JULHO 2023



Levanta
DADOS

CONSELHEIRAS/OS

Participação e controle social no
Programa Nacional de Alimentação Escolar

ÓAÊ

Apoio:

IBIRAPITANGA